



---

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2006 / 2007

---

**SUSCITANTE: SINDICATO DOS BIOMÉDICOS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, entidade sindical profissional, com sede na Avenida Lacerda Franco, 1073, São Paulo, SP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.333.233/0001-92.

**SUSCITADO: SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, entidade sindical patronal, com sede na Rua Líbero Badaró, 158, 6º andar, São Paulo, SP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.588.630/0001-91.

Entre as partes supra aludidas, fica estabelecido a presente Convenção Coletiva de Trabalho, que ora pactuam, nas seguintes cláusulas e condições:

### **Cláusula 1ª – Reajuste Salarial**

- Correção do salário a partir de 1º de Outubro de 2006, no percentual de 1% (hum por cento), incidente sobre os salários de 1º de Setembro de 2006.
- Correção do salário a partir de 1º de Janeiro de 2007, no percentual de 2% (dois por cento), incidente sobre os salários de 1º de Setembro de 2006.

**Parágrafo Primeiro:** serão compensadas todas as antecipações legais, convencionais ou espontâneas, concedidas no período revisando, conforme Instrução Normativa n.º 1, do Colendo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

**Parágrafo Segundo:** a eventual diferença salarial deverá ser paga na folha de pagamento do mês de novembro de 2006.

**Parágrafo Terceiro:** aos empregados admitidos após a data-base será assegurado o reajuste salarial proporcional à 1/12 (hum doze avos) por mês trabalhado.

### **Cláusula 2ª – Admitidos após Data-Base**

Aos admitidos após a data-base, será aplicado proporcionalmente o percentual do índice acumulado vigente desde a data da admissão até 31/08/2006.

### **Cláusula 3ª – Compensações**

Serão compensadas antecipações salariais espontaneamente concedidas no período revisionado, excluindo-se das compensações os aumentos decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial e os aumentos reais expressamente concedidos a esse título, por acordo coletivo.

#### **Cláusula 4ª – Antecipações Salariais**

As entidades poderão antecipar reajustes salariais independentemente da política salarial vigente.

#### **Cláusula 5ª – Piso Salarial**

A partir de 1º de setembro de 2006, o piso salarial da categoria corresponderá a R\$ 1.150,00 (hum mil e cento e cinquenta reais).

**Parágrafo Único:** sobre o piso salarial (salário de ingresso) não haverá incidência dos percentuais previstos na cláusula primeira – Reajuste Salarial retro aludida.

#### **Cláusula 6ª – Do adicional de insalubridade e de periculosidade**

Concessão do adicional nos termos da legislação vigente.

#### **Cláusula 7ª – Horas Extras**

Concessão de 90% (noventa por cento) de sobretaxa para as horas extraordinárias prestadas pelo trabalhador.

**Parágrafo primeiro:** fica facultada aos empregadores a utilização do sistema de banco de horas, através do qual o excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, a referida compensação. O empregador poderá optar pela compensação no período destinado à concessão de férias, os correspondentes à compensação prevista nesta cláusula.

**Parágrafo segundo:** na hipótese de rescisão de contrato de trabalho, ou após o decurso do prazo supra estabelecido, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão ou efetivo pagamento.

#### **Cláusula 8ª – Adicional Noturno**

O adicional incidente sobre as horas noturnas trabalhadas, assim consideradas as compreendidas entre 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte, será de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da hora normal.

#### **Cláusula 9ª – Pagamento de salários e PIS**

a) Para recebimento do PIS, sendo necessária a ausência do funcionário durante o horário normal de trabalho, esta não será considerada para efeito de desconto do DSR, férias, 13º salário, cesta básica, bem como do dia do recebimento.

b) As entidades que não efetuarem o pagamento dos salários e vales em moeda corrente deverão proporcionar aos empregados tempo hábil para recebimento no banco ou posto bancário, dentro da jornada de trabalho, quando coincidam com o horário bancário, excluindo-se os horários de refeição.

#### **Cláusula 10ª – Comprovante de Pagamento**

Serão fornecidos obrigatoriamente demonstrativos de pagamentos, com a discriminação dos títulos que compõem a remuneração, importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da entidade e o valor do recolhimento do FGTS.

**Parágrafo Único:** Ocorrendo erro na folha de pagamento, as entidades pagarão aos empregados as eventuais diferenças no prazo de dez dias, a contar da data de comunicação feita pelo trabalhador, por escrito.

**Cláusula 11ª – Substituição Eventual**

Fica estabelecido que os funcionários chamados para substituir outro com salário superior, será garantido igual salário do substituído, enquanto durar a substituição, seja qual o motivo desta, sem considerar as vantagens, desde que haja substituição por mais de 90 (noventa) dias.

**Cláusula 12ª – Controle de Ponto**

É obrigatório o controle de ponto, seja qual for o número de empregados. A marcação do ponto poderá ser feita por meio mecânico ou similar, ou livro de ponto, podendo o horário de refeição ser anotado ou não, a critério do empregador.

**Cláusula 13ª – Homologações no Sindicato dos Biomédicos Profissionais do Estado de São Paulo**

As homologações das rescisões contratuais serão obrigatoriamente feitas pelo Sindicato dos Biomédicos Profissionais do Estado de São Paulo, para as entidades localizadas em São Paulo, Grande São Paulo e nas regiões que possuem sub-sedes.

**Parágrafo Primeiro:** para as demais localidades será preferencialmente utilizado o Sindicato dos Biomédicos Profissionais do Estado de São Paulo.

**Parágrafo Segundo:** nas cidades onde não existirem sede ou sub-sede do sindicato profissional, este disponibilizará gratuitamente a presença de um representante, bem como o material necessário e transporte para efetivação da homologação.

**Cláusula 14ª – Cesta Básica**

Os estabelecimentos de serviços de saúde situados em bases territoriais, onde a categoria preponderante tenha o benefício, concederão, mensalmente, uma cesta básica de alimentos, com a mesma composição da fornecida à categoria preponderante e nos prazos fixados pela mesma.

**Parágrafo Primeiro:** Ao estabelecimento de serviço de saúde fica facultada a concessão de vale-cesta, ou ticket-cesta, ou ordem de retirada similar, em valor correspondente à cesta básica em questão.

**Parágrafo Segundo:** A cesta básica a que alude a presente cláusula não integra, para qualquer efeito, remuneração do biomédico profissional, inclusive o seu salário de contribuição para fins de seguridade social, devendo ainda, integrar o sistema PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

**Parágrafo Terceiro:** Fica condicionada a concessão do benefício ao biomédico profissional que não apresentar mais do que 4 (quatro) faltas injustificadas no mês.

**Parágrafo Quarto:** Aos empregados afastados pela Previdência Social fica garantida a concessão de cesta básica pelo prazo de 1 (hum) mês a contar da data do afastamento, a partir da presente norma coletiva, sem qualquer modificação para aquelas entidades que já a concedem, ainda que em prazo superior.

**Cláusula 15ª: Uniformes**

Os empregadores fornecerão uniformes aos empregados.

**Cláusula 16ª: Fornecimento de equipamentos de proteção**

Obrigatoriamente no fornecimento de equipamento de proteção aos empregados para o exercício das respectivas funções, de conformidade com a legislação de higiene, segurança e medicina do trabalho, de modo a atenuar-lhes os riscos eventuais, sendo obrigatório seu uso pelo empregado.

**Cláusula 17ª: Fornecimento de material indispensável ao trabalho**

Os empregadores fornecerão todo o material indispensável ao exercício digno da atividade do empregado.

**Cláusula 18ª: Vale-transporte**

Concessão de vale transporte na forma da lei, facultando-se ao empregador a antecipação do valor correspondente em pecúnia até o quinto dia útil de cada mês, competindo ao empregado comunicar, por escrito ao empregador, as alterações nas condições declaradas inicialmente para a concessão do vale-transporte. A concessão o vale transporte em pecúnia tem por fundamento o disposto no artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal, bem como os dispositivos da Lei n.º 7.148/85, regulamentada pelo Decreto n.º 92.247/87 e, ainda, acórdão proferido pela Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-AA-366.360/97.4.

**Cláusula 19ª: Férias**

Aviso prévio de 30 (trinta) dias para a concessão das férias, não podendo as mesmas ter início nos dias de descanso semanal remunerado e nos dias já compensados, devendo o respectivo pagamento ser realizado com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) dias.

**Cláusula 20ª: Obrigatoriedade do registro na CTPS**

Fica terminantemente proibida a prestação de serviços, após 48 (quarenta e oito) horas da data de ingresso na entidade, sem o devido registro na CTPS, na forma da lei.

**Cláusula 21ª: Lanche Noturno**

Para os biomédicos profissionais que laborarem no período noturno, a entidade responsabilizar-se-á em conceder gratuitamente lanche ou refeição devidamente balanceados.

**Cláusula 22ª: Garantias ao Empregado Estudante**

Abono de falta ao empregado estudante para prestação de exames escolares, condicionado à comunicação prévia à entidade, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas anteriores ao exame escolar, bem como a comprovação da participação, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a realização do exame escolar.

**Cláusula 23ª: Atestados médicos e odontológicos**

Reconhecimento, pelas entidades, de atestados médicos e odontológicos passados pelos facultativos do sindicato suscitante, desde que mantenham convênio com o SUS.

**Cláusula 24ª: Assistência Hospitalar**

Os hospitais, dentro de sua especialidade, concederão a todos os empregados assistência hospitalar com direito a internação em enfermaria, ressalvadas as entidades que mantenham convênio hospitalar para seus empregados. A assistência hospitalar, ora concedida, será extensiva às esposas e filhos menores (homens até 18 anos e mulheres até 21 anos), enquanto

solteiros, facultando-se a participação dos trabalhadores no custeio da assistência, até o limite de 20% (vinte por cento).

**Cláusula 25ª – Abono de faltas**

Abono de falta a 1 (hum) empregado por entidade, uma vez por mês, para participar de Assembléia Geral convocada pelo Suscitante durante o período necessário à participação na aludida Assembléia.

**Cláusula 26ª – Ausências Justificadas**

Os Biomédicos profissionais poderão deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo da remuneração, nos prazos e condições seguintes:

- a) por 03 (três) dias consecutivos em virtude de morte de filhos, cônjuge, ascendentes e irmãos;
- b) por 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.

**Cláusula 27ª – Estabilidade na licença médica**

Garantia de emprego, pelo período de 30 (trinta) dias a contar da alta médica, ao empregado afastado por auxílio doença, desde que o afastamento seja por prazo superior a 90 (noventa) dias.

**Cláusula 28ª – Estabilidade aos Cipeiros**

É concedida estabilidade aos cipeiros na forma da lei. As entidades comprometem-se a remeter ao Sindicato Suscitante cópia da ata de posse dos membros da CIPA.

**Cláusula 29ª – Estabilidade à gestante**

Fica garantida a estabilidade provisória à empregada gestante desde o início da gravidez até 60 (sessenta) dias após o término da licença compulsória.

**Cláusula 30ª – Licença Adoção**

Concessão da licença adoção nos termos da legislação vigente.

**Cláusula 31ª - Licença Paternidade**

Após o nascimento de seu filho, o empregado terá direito a uma licença de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da remuneração.

**Cláusula 32ª – Auxílio Creche**

As entidades que não possuírem creche própria ou convênio creche concederão auxílio a título de reembolso, no importe equivalente ao importe de R\$ 98,40 (noventa e oito reais e quarenta centavos), por mês, às empregadas mães com filhos até 6 (seis) anos de idade.

**Parágrafo Primeiro:** quando o convênio creche distar do estabelecimento de serviço de saúde mais de 500 (quinhentos) metros, as entidades colocarão à disposição da empregada-mãe condução, de ida e volta, para levar as crianças no percurso entidade-creche-entidade. Se não houver possibilidade de o empregador fornecer a condução retro aludida, a entidade deverá proceder o pagamento do auxílio creche, na forma acima estabelecida.

**Parágrafo Segundo:** a documentação exigível das empregadas para o recebimento do auxílio creche será: certidão de nascimento do filho, carteira de vacinação e declaração semestral de próprio punho firmando o direito de guarda e a dependência econômica da criança, além do recibo correspondente ao reembolso creche ou da pessoa que cuidar da criança.

**Cláusula 33ª – Aviso Prévio**

- a) Concessão, além do prazo legal, de aviso prévio de 1 (um) dia por ano de serviço prestado à entidade;
- b) Para os biomédicos profissionais com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e mais de um ano de casa, será concedido aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias.

**Parágrafo Primeiro:** os primeiros trinta dias do aviso prévio serão trabalhados, se assim desejar o empregador. Os dias excedentes a 30 (trinta) serão sempre indenizados.

**Parágrafo Segundo:** para efeito de cálculo das verbas rescisórias, será computado o reflexo do aviso prévio somente em relação aos primeiros 30 (trinta) dias.

**Cláusula 34ª – Carta de Apresentação**

Os empregadores fornecerão aos empregados, quando demitidos sem justa causa, carta de apresentação, que deverá ser entregue aos mesmos no ato da homologação da rescisão contratual, quando tal carta for solicitada pelo empregado.

**Cláusula 35ª – Atestado de Afastamento e Salários**

As entidades deverão preencher o atestado de afastamento e salários sempre que solicitado pelo INSS.

**Cláusula 36ª – Antecipação em Caso de Auxílio Doença**

Em caso de concessão de auxílio doença ao empregado, a empresa se obriga a antecipar 50% (cinquenta por cento) do montante correspondente aquele a ser percebido do órgão previdenciário, durante os primeiros 60 (sessenta) dias após o afastamento e desde que a solicitação seja feita pelo trabalhador, por escrito. Esses valores serão compensados, a critério da entidade, após o retorno do empregado ao serviço.

**Cláusula 37ª – Auxílio Funeral**

No caso de falecimento do empregado, o empregador pagará à família do mesmo o equivalente a 1,5 (um e meio) salário nominal, sendo que, se motivada a morte por acidente de trabalho ou moléstia profissional, o pagamento será em dobro. Tais pagamentos serão efetuados independentemente das verbas remanescentes devidas.

**Cláusula 38ª – Exames Médicos**

Os exames médicos, por ocasião da admissão e dispensa dos empregados, na forma da Lei, serão custeados exclusivamente pelas entidades.

**Cláusula 39ª – Quadro de Avisos**

Afixação de quadro de avisos no local de prestação de serviços.

**Cláusula 40ª – Correspondência**

As entidades distribuirão aos seus empregados toda correspondência dirigida aos mesmos pelo Sindicato Suscitante e não se oporão à que o Sindicato efetue, nos termos da presente cláusula, a divulgação da faculdade de associação dos empregados à entidade, conforme previsto em Lei.

**Cláusula 41ª – Desconto da Contribuição Assistencial**

As entidades descontarão de seus empregados, considerados os salários já reajustados, a Contribuição Assistencial no percentual de 5% (cinco por cento) na folha de pagamento do mês de junho de 2007, a título de contribuição assistencial, observando-se o seguinte:

**Parágrafo primeiro:** o desconto assistencial fica condicionado à aprovação por Assembléia Geral dos Biomédicos Profissionais empregados em Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos, regularmente convocada pelo sindicato profissional, especificamente para esse fim, nos termos de seu Estatuto, em publicação do respectivo edital em jornal de grande circulação na base territorial e boletim impresso.

**Parágrafo segundo:** o recolhimento será feito através de boleto ou ficha de compensação bancária, emitida por ordem do sindicato profissional;

**Parágrafo terceiro:** as entidades farão o recolhimento dos valores descontados em favor do sindicato profissional em julho de 2007, remetendo-lhe cópia da guia quitada, bem como a relação nominal dos contribuintes, especificando os respectivos salários e contribuições individualizadas;

**Parágrafo quarto:** o descumprimento da condição importará em multa de 2% (dois por cento) que incidirá sobre o débito atualizado monetariamente pela variação do INPC / IBGE.

#### **Cláusula 42ª – Mora salarial**

Caso o empregador não satisfaça nos prazos previstos em lei o pagamento dos salários e gratificações natalinas, fica estabelecida a multa, em favor do empregado, de 0,5% (meio por cento) do valor devido ao dia, até o 5º (quinto) dia útil após o vencimento do prazo legal, sendo que, do 6º (sexto) dia em diante, a multa será de 1% (hum por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento).

**Parágrafo único:** Além da multa fica estabelecido o juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês *pro rata die*, observando-se as limitações do Código Civil vigente.

#### **Cláusula 43ª – Juízo competente**

O cumprimento de quaisquer das cláusulas da presente norma será exigido perante a Justiça do Trabalho.

#### **Cláusula 44ª – Vigência**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de um ano, com início em 1º de setembro de 2006 e término em 31 de agosto de 2007.

São Paulo, 22 de dezembro de 2006.

**SINDICATO DOS BIOMÉDICOS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO –  
SINBIESP  
LUIZ GUEDES – Presidente**

**SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS  
FILANTRÓPICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINDHOSFIL  
RUBENS TRAVITZKY - Presidente**